

## Maio Amarelo enfatiza ações de conscientização para redução de acidentes de trânsito

Cerca de 33 mil pessoas morrem por ano no trânsito brasileiro, a maioria entre 18 e 24 anos. O número coloca o Brasil no incômodo terceiro lugar no ranking de países com mais mortes em decorrência de acidentes de trânsito, atrás da China e Índia, com populações muito maiores. Dado como este reforça a importância de discussões estratégicas sobre o tema, que ganha eco mundial com o Maio Amarelo, movimento internacional de conscientização para redução de acidentes.

No Brasil, em sua 11ª edição, a campanha criada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) tem como objetivo sensibilizar a sociedade para a importância da adoção de comportamentos mais seguros no trânsito. O tema deste ano é "Paz no trânsito começa por você".

A iniciativa começou em 11 de maio de 2011, quando a ONU decretou a Década de Ação para Segurança no Trânsito. Com isso, o mês de maio se tornou referência para balanço das ações que o mundo inteiro realiza. O amarelo simboliza atenção e advertência no trânsito.

### Paraná

No Paraná, a campanha foi oficialmente instituída por proposição do deputado Hussein

Bakri (PSD), com a Lei Estadual nº 18.624, de 20 de novembro de 2015. Desde então, órgãos públicos e instituições da sociedade civil organizada promovem anualmente, ao longo do mês de maio, inúmeras atividades de conscientização por um trânsito mais seguro em todo o estado.

Segundo o deputado, o Maio Amarelo é uma iniciativa crucial que busca reduzir os índices de acidentes de trânsito, promovendo uma cultura de respeito, responsabilidade e gentileza nas estradas e vias urbanas.

"No Paraná, estamos unindo esforços de diversas instituições, organizações e cidadãos para tornar nossas ruas mais seguras para todos. Nosso objetivo é não apenas conscientizar, mas também promover mudanças reais de atitude que possam salvar vidas. Cada vida perdida em um acidente de trânsito é uma tragédia evitável, e estamos empenhados em trabalhar incansavelmente para prevenir essas perdas", reforçou o parlamentar

O lançamento oficial da campanha na Assembleia Legislativa será no próximo dia 6 de maio, durante o Grande Expediente, às 14h30. "Convidamos a todos os paranaenses a se juntarem a nós nesse

importante movimento pelo trânsito seguro. Juntos, podemos fazer a diferença e construir um futuro onde cada viagem seja uma jornada segura e tranquila para todos", acrescentou Bakri.

Como reforço nas ações de conscientização, a Assembleia ficará iluminada de amarelo entre dos dias 2 a 14 deste mês.

### Seminário

Também no dia 6, começa em Foz do Iguaçu o 4º Seminário de Mobilidade Humana Segura e Sustentável, juntamente com a Abertura Internacional do Maio Amarelo de 2024. O evento tem o intuito de reunir especialistas, autoridades, organizações e público em geral para aprofundar discussões e iniciativas em torno da segurança viária e da mobilidade urbana sustentável.

O encontro é organizado pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), em parceria com o Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR). Ao longo de dois dias, centenas de pessoas vão compartilhar práticas, experiências e estratégias voltadas para a redução de sinistros e mortes no trânsito.

Vários países confirmaram participação no



Foto: Geraldo Bubniak/AEN

seminário, incluindo representantes da Espanha, Paraguai, Argentina, Uruguai, Portugal e Bolívia.

### Estatísticas

Em agosto de 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) divulgou o Balanço da 1ª década de ação pela segurança no trânsito no Brasil e perspectivas para a 2ª década revelando o crescimento de 13,5% no número absoluto de mortes por acidentes de trânsito, entre 2010 e 2019. A taxa de mortalidade por 100 mil habitantes aumentou 2,3%. Foram mais de 390 mil óbitos em ocorrências envolvendo transportes terrestres.

Os acidentes com motocicletas foram os que mais pesaram para o crescimento da mortalidade e dobraram em relação à década anterior. Eles representaram

30% dos casos fatais registrados. Por outro lado, os índices de atropelamentos, acidentes envolvendo carros, ônibus, caminhões e bicicletas se mantiveram estáveis ou caíram.

Ainda segundo o Ipea, dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), responsável pela fiscalização e controle do trânsito em rodovias federais em todo o país, mostram que a principal causa dos sinistros nessas estradas é a falta de atenção ou reação dos motoristas, motociclistas e pedestres (36% das ocorrências).

### Questões

comportamentais estão associadas à boa parte dos acidentes, como a desobediência das regras de trânsito (14,4%), excesso de velocidade (10%) e uso de álcool (5%). O principal tipo de ocorrência é a colisão

frontal, responsável por quase 40% das mortes no trânsito.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2019 o país registrou 32.667 mortes em acidentes em vias e rodovias, número que subiu ligeiramente para 32.716 em 2020 e continuou a aumentar para 33.813 em 2021. Ou seja: um aumento de 3,5% em três anos.

Em 2022, houve um declínio tímido no número de óbitos, chegando a 31.174 registros. Apesar da aparente melhora, o Brasil, com 203 milhões de habitantes, está atrás apenas da Índia (1,428 bilhão de habitantes) e a China (1,425 bilhão de habitantes) com mais mortes em decorrência de acidentes de trânsito, segundo o relatório Status Report on Road Safety, da Organização Mundial da Saúde (OMS).



# Nova rede de Hidrogênio impulsiona pesquisas sobre energias renováveis no Paraná

O Governo do Estado, por meio da Fundação Araucária e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), formalizou nesta segunda-feira (6) o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Hidrogênio. Serão investidos cerca de R\$ 3,7 milhões para viabilizar as ações do novo arranjo, que já conta com vinte pesquisadores com atuação e destaque no tema do H2 de quatro universidades estaduais e duas federais.

Cerca de cem convidados entre pesquisadores da área, representantes das universidades, do setor produtivo e do governo estadual participaram da apresentação.

O Napi Hidrogênio tem como objetivo criar uma rede de pesquisa e inovação no Paraná, buscando articular ações que envolvam instituições públicas e privadas, de forma a impulsionar, principalmente, o desenvolvimento de tecnologias, a oferta de serviços, e a formação de recursos humanos especializados na área do hidrogênio renovável de baixo carbono, tendo como ação inicial prioritária o desenvolvimento da rota que utiliza a biomassa residual.

A configuração

inicial dele reúne doze laboratórios e oito programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Centro Oestes (Unicentro), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Conta ainda com parcerias com diversas instituições do Estado do Paraná que atuam na área de CT&I, setor produtivo e demais colaboradores.

O presidente da Fundação Araucária, Ramiro Wahrhaftig, disse que o novo arranjo tem a vocação de fazer pesquisa colaborativa. "Temos quase 23 mil doutores nas instituições de ciência, tecnologia e ensino superior do Paraná e na sociedade do conhecimento os doutores fazem muita diferença. Por isso precisam estar envolvidos nas ações em prol da comunidade", afirmou.

Segundo o articulador do Napi H2 e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Helton José Alves, há muitas iniciativas que envolvem a produção do hidrogênio usando

fontes de energias renováveis, mas o arranjo tem como foco principal o desenvolvimento da rota tecnológica que envolve a biomassa como uma fonte de hidrogênio. "Nesse contexto nós estamos falando de descarbonização da nossa economia, uma vez que nós substituímos o hidrogênio de origem fóssil por fontes que são renováveis, principalmente a biomassa", explicou.

O pesquisador ressaltou que há um cenário favorável no Paraná, que já possui a Lei 11.410/23, que instituiu a Política Estadual do Hidrogênio Renovável. "O Napi vem somar esforços a todas as iniciativas já existentes no Paraná de forma a promover o desenvolvimento da economia do hidrogênio, valorizar as cadeias produtivas que têm interface com este tema seja no quesito de matéria-prima, de serviço, logística, transporte ou uso final a partir de produtos derivados do H2", destacou Alves.

## PESQUISA E SOCIEDADE

Os recentes estragos ocorridos em decorrência das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul foram citados



Foto:Fundação Araucária

pelo presidente da Associação Brasileira de Hidrogênio, Paulo Emílio Valadão de Miranda, como consequências da emergência climática ambiental, o que reforça a necessidade de investir em pesquisas de fontes alternativas.

"O Brasil já é considerado um dos países em que há maior ocorrência de eventos climáticos extremos. Em função disso precisamos descarbonizar as atividades da nossa sociedade e, uma forma de fazer isso, é utilizando o hidrogênio, que é um combustível que não carrega carbono, então o seu uso não contribui com gases do efeito estufa na atmosfera", explicou.

Para o secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona, é preciso ter os ativos tecnológicos cada vez mais comprometidos com gerar soluções

aos problemas reais da sociedade. "Nós precisamos investir muito em ciência e tecnologia para que possamos construir uma realidade mais sustentável ao nosso planeta", destacou, lembrando que o orçamento para a área neste ano saltou para mais de R\$ 700 milhões.

O coordenador-geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Rafael Silva Menezes, elogiou a iniciativa paranaense. "O MCTI fez um grande esforço de se trabalhar em redes de pesquisa como acontece no Paraná com os novos arranjos buscando a otimização do uso de recursos públicos. Esta iniciativa, sem dúvida nenhuma, irá fortalecer o eixo de desenvolvimento tecnológico do Programa Nacional do

Hidrogênio", enfatizou.

Entre as instituições que serão parceiras do Napi está o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). "O Tecpar gostaria de colaborar nesta linha de certificação do hidrogênio, sempre no contexto de valorizar o produto paranaense e as pesquisas locais", salientou o diretor-presidente da entidade, Celso Kloss.

## NAPIS

Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIS) têm como objetivo conduzir a produção de conhecimento de forma colaborativa pelos pesquisadores paranaenses, incitados por demandas reais de desenvolvimento de setores estratégicos para o Estado, mediante o aporte de recursos financeiros. Atualmente já são 62 os NAPIS em operação.

# Polícia Militar de SC resgata 722 pessoas e 92 animais no Rio Grande do Sul

té o momento a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) já resgatou 722 pessoas e 92 animais no Rio Grande do Sul. A corporação está no estado gaúcho desde o dia 2 de maio ajudando no resgate de famílias desabrigadas.

Os trabalhos estão sendo realizados por equipes do Batalhão

de Aviação (BAPM) e já contou com o apoio de uma equipe do Comando da Polícia Militar Ambiental (PMA), para atender as regiões atingidas no interior do estado gaúcho e da região metropolitana da capital Porto Alegre.

Os policiais foram enviados seguindo as orientações do Governo do Estado e

do Comando-Geral da instituição e atuam em conjunto com as demais Forças de Segurança, da Secretaria de Estado da Defesa Civil, da Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas. As equipes do BAPM permanecerão em solo gaúcho até quando for necessário.



Foto:Divulgação / PMSC



# Lideranças de Santa Catarina pedem flexibilização na legislação sobre trânsito de máquinas agrícolas em rodovias

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou na noite desta segunda-feira (6) uma audiência pública em Campos Novos para debater a proibição do trânsito de máquinas agrícolas nas rodovias estaduais e federais. O evento, que aconteceu na Câmara de Vereadores do município, integra uma série de consultas públicas promovidas pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Urbano da Alesc para debater o tema, a pedido do deputado Oscar Gutz (PL). Participaram deputados, prefeitos, vereadores, representantes de órgãos públicos e de entidades associativas.

O atual Código Brasileiro de Trânsito proíbe o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias. Com isso, as máquinas precisam percorrer trajetos secundários ou dependem de transporte em carretas especiais para serem deslocadas entre as áreas de cultivo. O setor alega que essa restrição impacta negativamente a produtividade e competitividade, já que, muitas vezes, as estradas secundárias não têm boas condições e os trajetos são mais longos.

“Nós temos que lutar pelo direito das pessoas e pela sua segurança, mas também pelo direito dos colonos, que precisam trafegar pelas rodovias para fazerem os plantios e as colheitas, sem serem parados e multados ou até mesmo perderem as safras. Por isso, é muito importante mudarmos a lei”, disse Gutz na abertura dos debates.

Por sua vez, o

deputado Altair Silva (PP), que preside a Comissão de Agricultura, afirmou que a audiência pública tem o duplo objetivo de colher sugestões para a alteração da legislação e também conscientizar a população catarinense da necessidade de apoiar os produtores em seu pleito.

Ele disse ainda que a busca pela alteração da legislação já conta com grande apoio não só do colegiado, mas de todo o Parlamento estadual. “A Comissão de Agricultura apoia esta causa, porque é uma demanda estadualizada. Então, nós precisamos encontrar uma saída para apoiar quem trabalha e produz e esta é a missão da Assembleia Legislativa e também dos demais poderes públicos, como o governo do Estado, e também da sociedade civil como um todo.”

De acordo com Oscar Gutz, ao final do ciclo de audiências, que inclui os municípios de Papanduva (13/05), Abelardo Luz (24/05), Sombrio (28/05) e Ituporanga (07/06), será elaborado um relatório com as sugestões e demandas apresentadas. Posteriormente, o documento será remetido para a Frente Parlamentar Catarinense em Brasília e para órgãos como o Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério dos Transportes.

## Apoio local

O pedido para debater o tema em Campos Novos foi apresentado pelo vereador João Batista Ramos de Almeida (Novo). Ele argumentou que o município tem

como principal atividade econômica a produção de grãos e está localizado entre duas das mais importantes rodovias federais que cortam o estado, as BRs 282 e 470, sendo, portanto, fortemente afetado pela atual legislação de trânsito.

Uma solução, que seria transportar o maquinário agrícola sobre caminhões, ainda é uma realidade para poucos, afirmou, em razão dos altos custos envolvidos. Nesse sentido, o representante municipal pediu que seja negociada uma normativa menos restritiva. “O produtor rural está aí para fazer o seu trabalho. Nós precisamos produzir, com eficiência e cuidando dos nossos custos e para isso a gente quer trabalhar dentro da lei”, frisou.

O pedido contou com o reforço do prefeito de Campos Novos, Gilmar Marco Pereira (PSD). “Nós estamos aqui, no celeiro catarinense de grãos, e nada melhor do que começarmos realmente a discutir essas temáticas. Sou da área da segurança pública, sei da importância que é cada vez mais zelar pela segurança dos condutores de equipamentos agrícolas, dos veículos que transportam nas rodovias a nossa produção, mas o mais importante é que nós tenhamos uma legislação que venha ao encontro das necessidades do homem do campo.”

## Sugestões

Na condição de presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Campos Novos, Luiz Sérgio Gris Filho



Foto: Reprodução/TV AL

afirmou que, em razão do grande número de reclamações recebidas dos associados, por multas a apreensão de maquinário, o órgão tem procurado se integrar nas discussões sobre eventuais alterações nas legislações que tratam do trânsito. Entre elas, as Resoluções 882/2021 e 993/2023, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Ele disse que o órgão promoveu uma consulta pública para colher sugestões visando a alteração nas normativas, o que contaria com o apoio também da Federação da Agricultura e do Conselho Nacional da Agricultura.

Uma sugestão apresentada é que seja permitido que os produtores possam transitar com o maquinário agrícola pelos acostamentos das rodovias, a exemplo do que foi feito recentemente no trecho norte da BR-101 em Santa Catarina, visando desafogar o trânsito. Outro ponto levantado é que os equipamentos recebam a permissão de tráfego além do limite de

10 quilômetros, como está posto atualmente. “É preciso que haja um consenso entre as partes e é isso o que nós estamos buscando. Ninguém aqui quer que se prejudique o trânsito ou se promova um acidente fatal”, disse.

O dirigente afirmou que a alteração na legislação também conta com o apoio do governador do Estado, Jorginho Mello (PL), do procurador-geral do Estado, Márcio Vicari, e de representantes do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), restando obter a adesão do Legislativo estadual. “Então, nós estamos muito contentes pelo que está acontecendo, mas precisamos do apoio e a força da Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa pode muito quando quer, então nós contamos com os deputados para ajudar a regulamentar essa questão.”

Presente à audiência, o chefe operacional da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Chapecó, Jerry

Vargas, explicou que o principal entrave para a livre circulação dos maquinários agrícolas nas vias é a largura excessiva dos mesmos, que oferece risco aos condutores dos demais veículos. Ele reconheceu, entretanto, que não são comuns acidentes de trânsito envolvendo tais equipamentos e se mostrou compreensivo à situação dos agricultores, chegando mesmo a apresentar sugestões para a alteração da atual legislação.

Vargas propôs o incremento da sinalização nas rodovias que cortam áreas agrícolas e a construção de “refúgios” a cada cinco quilômetros, para que os produtores possam estacionar as máquinas agrícolas visando liberar o fluxo na via. “Então são essas as minhas sugestões. Não acho que seja tão difícil modificar a lei neste sentido, principalmente para regiões como a nossa, que depende quase que totalmente da agricultura”, declarou.



## Governador acompanha envio de nova equipe de Força-Tarefa ao RS, estado é o que mais tem bombeiros militares atuando em apoio aos gaúchos

Santa Catarina enviou mais bombeiros para atuar em apoio ao Rio Grande do Sul. Na manhã desta segunda-feira, 6, o governador Jorginho Mello acompanhou o momento da troca das equipes de Força-Tarefa, no quartel da corporação em Araranguá. Agora serão 39 bombeiros militares de SC em apoio às operações de resgate no estado gaúcho.

“Fomos o primeiro estado a enviar ajuda aos nossos irmãos gaúchos e nesta segunda-feira, com o revezamento das

equipes, Santa Catarina passa a ser a maior equipe de bombeiros militares atuando em apoio ao Rio Grande do Sul. Junto com a nossa solidariedade, essas equipes representam um trabalho técnico de excelência que vai salvar vidas e levar esperança às famílias que estão sofrendo nessa tragédia”, afirma o governador Jorginho Mello.

Os 32 bombeiros que atuam no Rio Grande do Sul desde a última quarta-feira, 01, retornam para Santa Catarina para serem substituídos por bombeiros

militares das equipes de FT dos Batalhões de Florianópolis, Curitibaanos, Blumenau, Criciúma, Itajaí, Tubarão, Canoinhas, São José e Balneário Camboriú.

Nesta segunda etapa do trabalho, Santa Catarina está enviando 39 bombeiros militares especializados para este tipo de ocorrência, totalizando 09 células de FT, além da equipe de drones e o novo comando da operação. Entre os demais recursos empregados estão 10 viaturas 4x4, 17 embarcações, 11 motores de popa, drones e equipamentos



Foto: Roberto Zacarias/Secom

para resgate em áreas deslizadas.

“Nossas equipes estão atuando diuturnamente em Lajeado, Santa Cruz do Sul e mais recentemente, na

região da Grande Porto Alegre desde o primeiro dia do mês de maio. Esse revezamento é necessário e fundamental para que os bombeiros

sigam atuando em pleno vigor”, afirma o Subcomandante-Geral do CBMSC, coronel Jefferson de Souza.

## Imagens de satélite: 1ª operação remota contra desmatamento aplica R\$ 5,9 milhões em multas

O Instituto Água e Terra (IAT) divulgou nesta terça-feira (07) o balanço da primeira grande operação de combate ao desmatamento ilegal com a aplicação de multas exclusivamente de forma remota, sem a necessidade da presença de um fiscal em campo. A força-tarefa durou oito dias, entre 21 e 28 de abril, e resultou na lavratura de 218 Autos de Infração Ambiental (AIA) em 46 municípios do Paraná. A área identificada de supressão vegetal foi de 701 hectares, com a emissão de R\$ 5,9 milhões em punições administrativas.

A verificação dos responsáveis pelos desmatamentos se deu por meio da análise de imagens de satélite, que foram contrapostas às informações prestadas pelos proprietários no Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento que funciona com o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais.

Entre as irregularidades encontradas pelos técnicos do IAT estão o corte de floresta nativa do bioma Mata Atlântica nos estágios inicial, médio e avançado, em Reserva Legal e em Áreas de Proteção Permanente (APP). Em algumas dessas áreas também foram identificadas atividades sem licenciamento ambiental e uso do fogo para destruição da floresta, situação que aumenta o valor da multa aplicada.

“Essa lavratura de forma remota é possível quando se tem um alerta de desmatamento identificado que recai sobre uma única propriedade rural, ou seja, sem sobreposição de CAR. A partir daí, conseguimos localizar o proprietário por meio das informações que ele próprio forneceu quando preencheu o CAR”, afirma o gerente de Monitoramento e Fiscalização do IAT, Álvaro Cesar de Goes.

“Isso elimina a necessidade de um

agente fiscal ter que ir a campo fazer vistoria, nos dando mais agilidade no combate a quem insiste em desmatar sem a devida autorização do órgão ambiental competente”, acrescenta.

### SUPOORTE DA TECNOLOGIA

Usar a tecnologia como aliada na fiscalização da supressão vegetal ilegal é dos pilares da redução do desmatamento no Paraná. Um levantamento recente do Núcleo de Inteligência Geográfica e da Informação (NGI) do IAT, setor desenvolvido para colaborar com a vigilância do patrimônio natural paranaense, com base nos alertas publicados pela Plataforma MapBiomias, uma iniciativa do Observatório do Clima, apontou queda de 71,5% na área de Mata Atlântica desmatada em 2023.

A tecnologia permite, entre outras ações, verificar o licenciamento dos imóveis e também sua sobreposição com Áreas de Preservação

Permanente e Reserva Legal. Os laudos são enviados diretamente para as regionais do IAT para serem tomadas as devidas providências.

Esse núcleo de inteligência implantado no IAT iniciou recentemente a análise de alertas de desmatamento detectados nos últimos cinco dias, via Plataforma Global Forest Watch. Ela integra alertas de desmatamento GLAD, criados pelo laboratório Global Land Analysis and Discovery (GLAD) da Universidade de Maryland, dos Estados Unidos.

Agora, está em andamento a contratação de um sistema próprio de detecção de mudança de uso e ocupação do solo. A plataforma busca identificar desmatamentos e movimentações de solo ilegais no Paraná utilizando imagens de alta resolução (3 metros), o que permite a detecção de áreas menores que 1 hectare,



Foto: IAT

e praticamente em tempo real, o que pode levar policiais e fiscais a áreas sensíveis cada vez mais cedo.

O Estado também está investindo na implementação do Sistema de Fiscalização e Controle Ambiental (Fica) e outras aplicações geoespaciais. O Fica deve começar a funcionar ainda em 2024 e modernizará todo o processo de gestão dos autos de infração, incorporando controle de todas as fases processuais em um ambiente web, integrando todos os sistemas do IAT, como o licenciamento ambiental, a outorga

do uso da água e o de monitoramento. Assim possibilitará a elaboração de estratégias de fiscalização mais preditivas, proativas e com melhor embasamento técnico.

Um dos componentes do Fica é o aplicativo Auto de Infração Ambiental Eletrônico – AIA-e, para uso em dispositivos móveis, que permite o cadastro das autuações das infrações ambientais em campo. O AIA-e já está em fase de implantação e é baseado no uso da geotecnologia permitindo georreferenciar a ocorrência.